

L E I Nº 1.472/83

Data: 05 de dezembro de 1983.

Súmula: Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Bandeirantes, para o exercício financeiro.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 1984 discriminado pelos anexos integrantes desta, estima a Receita e fixa a despesa em Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros).

Art. 2º A Receita será realizado mediante a arrecadação de tributos, renda e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e de acordo com os seguintes desdobramentos:

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO

1.1. RECEITAS CORRENTES Cr\$ 1.199.500.000,00

Receita Tributária Cr\$ 160.000.000,00

Receita Patrimonial 100.000,00

Receita Industrial 23.700.000,00

Transferências Correntes 982.500.000,00

Outras Transferências Correntes 33.200.000,00

1.2 RECEITA DE CAPITAL

Alienação de bens móveis e imóveis 200.000,00

Transferência de Capital 300.000,00

TO TAL: Cr\$ 1.200.000.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada segundo discriminação constante dos quadros que integram esta Lei, e terá o seguinte desdobramento:

	1 – DESPESAS POR FONTES DE RECURSOS
217.200.000,00	1.1 Programação à conta de recursos do tesouro Cr\$
982.800.000,00	1.2 Programação à conta de recursos de outras fontes Cr\$

Total: Cr\$ 1.200.000.000,00

DESPESAS POR ÓRGÃOS

	2.1 Órgão Legislativo Cr\$ 65.215.000,00
	Câmara Municipal Cr\$ 65.215.000,00
	2.2 Órgão Executivo Cr\$ 1.134.785.000,00
	Executivo Municipal Cr\$ 29.400.000,00
	Departamento Administrativo Cr\$ 113.100.000,00
	Departamento da Fazenda Cr\$ 63.870.000,00
599.678.000,00	Departamento de Obras e Serviços Urbanos Cr\$
	Departamento de Educação e Cultura
	Departamento de Saúde e Serviço Social

Total: Cr\$ 1.200.000.000,00

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de Crédito por antecipação da Receita, de acordo com o artigo 67 da Emenda Constitucional nº 01, de 17 de outubro de 1969.

Art. 5º - Os órgãos da administração indireta e fundações instituídas pelo Município terão na forma da lei, orçamentos próprios e elaborados pelos respectivos órgãos de deliberação coletiva e aprovados por decretos do Executivo Municipal, sendo que a Receita será formada pelas rendas próprias, contribuições municipais, estaduais, federais, e outras receitas correntes e de capital e as despesas serão classificadas de acordo com a discriminação adotada para o orçamento geral do Município.

Parágrafo Único – Os orçamentos próprios de que trata este artigo, poderão ser suplementados por decretos do Executivo Municipal, servindo como recursos os constantes do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 4,320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos suplementares nos limites com as seguintes finalidades:

I – Para atender despesas até o limite de 30% da Despesa Orçamentária, servindo como recursos os constantes no artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964.

II – Para atender quaisquer despesas até o limite 30% da Despesa Orçamentária, servindo como recurso os constantes no artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

III – Para atender despesas com as fundações instituídas pelo Município, até o limite de 20% das dotações consignadas nos respectivos orçamentos, a títulos de transferências correntes e de capital a favor das mesmas, servindo como recursos as fontes indicadas no artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 05 de dezembro de 1983.

João do Carmo Santiago
Prefeito Municipal